

RELAÇÕES DE TRABALHO NA “FAZENDINHA” (1920-1940)

Luciano Maciel Galvão de França¹, orientadora: Maria José Acedo Del Olmo²

¹ Univap Faculdade de Educação/ , Rua Tertuliano Delphim Jr. 181, lucianomaciagalvao@hotmail.com

² Univap Faculdade de Educação/ Laboratório de Pesquisa e Documentação Histórica , Rua Tertuliano Delphim Jr. 181,mj.acedo@yahoo.com.br

Resumo - O trabalho busca compreender as relações sociais de trabalho e produção num "complexo" econômico. Trata-se do Complexo da fábrica Tecelagem Parahyba , que contém tanto uma área industrial quanto uma área rural, com suas atividades afins, ligadas a várias fazendas produtoras de leite e de produtos de subsistência. O espaço da produção é conhecido por Fazendinha. Procuraremos entender e analisar as condições de trabalho e de vida na fábrica e nas fazendas. Tenta-se, através da pesquisa, reunir e organizar fontes ligadas à memória dos antigos trabalhadores da fazenda, enfocando a questão da organização política da classe, afligida pela intervenção de Vargas.

Palavras-chave: História, relações de trabalho, campo e cidade, memória e sindicalismo.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas

Introdução

Na área conhecida como Fazendinha onde se situam hoje os prédios da Faculdade de Engenharia da Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP, temos informações de que, antigamente nessas terras, existia umas fazendas que pertenciam ao complexo Tecelagem, cujo dono era Olivo Gomes, diretor - geral da Tecelagem Parahyba. Ele as teria adquirido no ano de 1936, quando a Tecelagem Parahyba começava a diversificar a sua produção investindo na agricultura. A fazenda recebia o nome de Fazenda do Poço, onde se criava gado leiteiro. Os trabalhadores tinham o direito de usar o leite para fabricar queijo e vender por conta própria. O que é considerado por Celso Furtado, como “excedente previsto”. Também “ganhavam” um pedaço de terra, em que podiam plantar ou até mesmo criar porco ou galinhas para completar a dieta alimentar da família; essa possibilidade era, entretanto, limitada já que o pedaço de terra pertencente a eles era muito pequeno. Eles não possuíam uma carga horária definida, era como um sistema de cotas, trabalhava - se até o serviço diário ser concluído, usando do fator “morar onde trabalha” como ponto favorável para a produção.

Tecelagem Parahyba, foi pioneira em muitos aspectos. Ela foi a primeira a se “arriscar” na área da inseminação artificial, isso em 67-8. Seus administradores registravam os seus empregados, mesmo antes da criação do Ministério do Trabalho. O complexo tinha armazéns cujos produtos eram vendidos para os seus empregados, a um custo mais baixo. Ela também possuía sua própria marca de café “Café Rio Abaixo” que é o nome de outra fazenda próxima à “Fazendinha”, a fazenda “Sant’ Anna do Rio Abaixo”. E o seu leite era vendido sob o nome de

“Leite Paraíba”, que chegou a produzir 15 mil litros de leite por dia, sob rigorosa inspeção Federal. (Resquícios da fase Sanatorial). Ela existiu até meados de 84

Em 1975, com a venda das terras da Tecelagem Parahyba para o grupo Nova Urbe, responsável pelo loteamento do Urbanova, as famílias de operários tiveram que desocupar suas casas e seus terrenos. Dona Albertina, ex-empregada das fazendas, nos relatou que seu marido, João Dias do Prado, trabalhou trinta anos como rural (sem ser fichado) e quatro nos fichado. Porém, quando a empresa faliu e seu marido foi despedido, ele recebeu apenas os quatro anos fichados, os trinta anos trabalhados, não foram pagos.

Existia um cinema no local, seu prédio continua em pé com o seu formato original preservado, abriga hoje a biblioteca da Engenharia. Todos os fins de semana um caminhão pegava todos os trabalhadores do grupo Tecelagem Parahyba, e os levava para o cinema.

Os filhos dos operários freqüentavam as escolas de São José dos Campos, mantidas pela Tecelagem Parahyba. O sindicato da época tinha uma função social, recorria-se ao sindicato caso se precisasse cortar o cabelo ou de um médico, era um sindicato assistencialista.

A família Gomes ficou conhecida por comprar fazendas de proprietários que não pagavam os seus impostos. A família comprava as terras assumindo as dívidas do antigo proprietário, pagando assim mais barato. Com isso foi formando vários conglomerados de terras.

Metodologia

Para o desenvolvimento do trabalho foram utilizadas principalmente fontes primárias, como testemunhos de antigos trabalhadores das fábricas, das fazendas e dos sindicatos, e pessoas que moraram nas imediações, ou que possuam qualquer memória sobre o assunto. Fichas de funcionários tanto da indústria quanto das fazendas, acesso cedido pela Cooperativa instalada na antiga Tecelagem Parahyba.

Para os conceitos básicos do trabalho tivemos como base *A Revolução Brasileira*, de Caio Prado Junior, *O Cativo da Terra*, de José de Souza Martins, *História Oral e Memória: A Cultura Popular Revisitada*, de Antonio Torres Montenegro, além de livros que trataram da história referente ao local onde se situou a “Fazendinha”.



Figura 1- NAU (casa de ex- funcionário)

Discussão

Pretendemos buscar, através do levantamento histórico da área conhecida hoje como Fazendinha localizada dentro da Univap Urbanova, compreender a situação do trabalho rural em contraste com a situação do trabalhador da indústria na década de 1930.

Este projeto se inclui dentro de um projeto maior sobre a Fazendinha sendo o projeto aqui apresentado uma parcela e um dos aspectos a serem abordados dentro do projeto Fazendinha.

Procura-se entender como um complexo industrial como o da Tecelagem Parayba, que ia além da sua produção ligada ao ramo industrial, era gerenciada e como eram as relações de trabalho e condição de vida dos trabalhadores. Em sua grande maioria, os trabalhadores rurais

moravam no espaço da produção e da propriedade de seu contratante.

Brás Nogueira, ex - trabalhador rural da Tecelagem de 61 até 86, ressaltou que era impossível reproduzir um “piquete” que se faz em frente da indústria num complexo desta natureza, uma vez que o trabalhador rural trabalha no “quintal” de sua “casa”. Essa forma de administrar causava uma desunião nos trabalhadores enfraquecendo a organização sindical. (2007) Já os operários têm um grau de instrução maior, devido ao intercâmbio de conhecimentos, de cunho sindical e proletário, adquiridos com europeus chegados com a expansão industrial da cidade. O trabalhador rural não tem horário, trabalha do amanhecer ao anoitecer. Esposas e crianças trabalhavam de forma indireta, as esposas recebem pelo trabalho prestado à empresa, mas não são registrados.

Seria esse trabalhador um camponês ou um trabalhador servil? “Um camponês tem,” como afirma Ciro Flamarion Cardoso, “um grau considerável de posse de facto do solo” (pág.55). Mas não é o que se dá, porque na verdade o trabalhador rural tem, de fato, assegurado acesso à moradia, via contrato, sem caracterização de salário, sendo água e luz por conta do empregado. Após desligamento de uma das duas partes, o empregado tem certo período para procurar outra moradia. Na época isto era considerado Concessão, porque não havia documentos para registrar o acordo. Este fator moradia sempre muito utilizado, como proposta de trazer o empregado para perto, para tê-lo disponível sempre que necessário, como para alimentar o sentimento de gratidão no empregado que, na maioria dos casos, é um dês-possuído de bens materiais e imóveis, por serem imigrantes recém - chegados.

Conclusão

Entender como encarava a situação do operário, no início da atividade industrial na região, e o seu vínculo com uma das maiores indústrias da época (1925-1992), são pontos importantes desta pesquisa. Podemos perceber uma relação de paternalismo entre o diretor – geral da Tecelagem Parahyba, Olivo Gomes e seus empregados, situação esta característica da era Vargas, e de encarar o operariado. As pseudo-regalias que eram concedida aos empregados, os deixavam com um sentimento de gratidão e dívida para com o patronato, quando na verdade essas concessões eram formas de cooptação e tentativa

de aproximação empregado/patrão, para evitar organizações e reclamações.

Nota-se que o sindicato, tem um papel social assistencialista, de prestador de auxílio aos associados, fruto da intervenção de Vargas sobre as organizações operárias. O objetivo foi o de, em vista do crescimento dos sindicatos e do proletariado, atrelar essas organizações ao Estado, usando para isso o imposto sindical. Getúlio Vargas usou e abusou do mito do Estado protetor, pai dos pobres, como uma forma de fazer o povo acreditar que o Estado realmente zelava pelos interesses dos trabalhadores, quando na verdade buscava o controle do movimento operário.

Isto se vê refletido no depoimento de Brás Nogueira, que foi um trabalhador das fazendas, e que hoje é Diretor do Sindicato Rural de São José dos Campos. O depoente afirmou que o primeiro Presidente do Sindicato, criado em 63, foi preso. Em 64, com a intervenção ditatorial, todo e qualquer registro anterior a esta data, sumiu. E sem ter muita noção, ele citou a intervenção Varguista, ao relatar que a Greve tinha que ser usada em ultimo plano. Primeiramente, o trabalhador conversa com o sindicato, depois o sindicato conversa com a empresa. Se dessa forma não resolver o problema, parte-se para a greve. Mas apesar de relatos que afirmam que a empresa e os trabalhadores nem sempre chegaram a um consenso, a Greve, ou paralisação, nunca foi realizada nas fazendas. Este relato prova o papel burocrático que o sindicato exercia, na reivindicação dos trabalhadores.

Segundo o censo de 1920 (LUCA, 2001, p.26), perto da metade dos operários têxteis do país era constituída por mulheres e crianças com menos de catorze anos. No caso da Fazendinha, isso se prova em que, filhos dos trabalhadores rurais, com catorze anos, pouco mais ou pouco menos, embarcavam na empresa, na maioria das vezes, não nas fazendas, mas na indústria. Depois de passar pelo campo, e depois da decadência do café, muitos trabalhadores da lavoura, dirigiam-se para as cidades, proporcionando uma vasta oferta de força de trabalho para a indústria nascente. O excesso de oferta permitia não só comprimir os ganhos salariais, como também impor condições de trabalho extremamente duras. (LUCA, 2001, p. 23)

"A 'origem rural' do proletariado, e sua ação guiada pelo 'ideal de ascensão social' seriam fatores que explicariam sua fraqueza e atraso". (ANTUNES, 1982, p.11) Como cidades do ciclo do café, os municípios contavam com infra-estrutura

urbana, disponibilidade de mão-de-obra, meios de transporte e capitais acumulados para associar-se, de forma direta e indireta, ao empreendimento fabril. À implantação das ferrovias, seguiam-se as fazendas e a mobilização do trabalhador imigrante para essas regiões (RICCI, 2002,p24).

Referências

Ricci, Fabio in: Origens e Aspectos do desenvolvimento das indústrias têxteis no Vale do Paraíba Paulista na República Velha. 1º ed. São Paulo: 2002

Lessa, Simone Narciso in: São José dos Campos: O Planejamento e a Construção do Pólo Regional do Vale do Paraíba. Campinas - São Paulo: 2001-tese.

Antunes, Ricardo in: Classe Operária, sindicatos e partidos do Brasil: da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. 1982. São Paulo-SP, Cortez Editora.

Simão, Azis in: Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo. Editora Ática- São Paulo- SP, 1981.

LUCA, Tânia Regina in: Indústria e trabalho na História do Brasil. 1ª. ed. São Paulo: Contexto, 2001. v. 1. 113 p.

JUNIOR, Caio Prado in: A Revolução Brasileira. 6º ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

MARTINS, José de Souza in: O Cativo da Terra. 2º ed. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. in: Escravo ou Camponês?; O Protocampesinato Negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 2004.

- IGLÉSIAS, F. Industrialização Brasileira. 1ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990, Coleção Tudo é História nº 98.

